



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

*Gabinete da Procuradora-Geral da República*

## **Nota para a Comunicação Social**

### **Operação Zeus**

Ao abrigo do disposto no art. 86.º, n.º 13, al. b) do Código de Processo Penal, a Procuradoria-Geral da República torna público o seguinte:

No âmbito de um inquérito, dirigido pelo Ministério Público, em investigação no Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Lisboa, encontram-se em curso mais de oitenta buscas domiciliárias e vinte e cinco buscas não domiciliárias, designadamente em equipamentos militares localizados na Grande Lisboa, em Beja e em Leiria.

Foram, igualmente, emitidos mandados de detenção.

Participam na operação vinte e sete magistrados do Ministério Público, cerca de três centenas de elementos da Polícia Judiciária (PJ), cerca de quatro dezenas de elementos da Polícia Judiciária Militar e trinta peritos da Unidade de Perícia Financeira e Contabilística e da Unidade de Tecnologia e Informação da PJ.

No inquérito, investigam-se suspeitas de, pelo menos, desde o ano de 2015, algumas messes da Força Aérea serem abastecidas com géneros alimentícios, cujo valor a pagar, posteriormente, pelo Estado Maior da Força Aérea, seria objeto de sobrefaturação. Tal sucederia por acordo entre militares que trabalham nas messes, fornecedores dos géneros alimentícios e um elemento do departamento do Estado Maior da Força Aérea com funções de fiscalização das referidas messes.

Assim, com a concordância destes intervenientes, os fornecedores de diversas empresas entregariam determinadas quantidades de alimentos, mas, o valor faturado, no final de cada mês, seria cerca de três vezes superior ao dos bens entregues na realidade. A diferença entre o valor faturado e o dos produtos efetivamente fornecidos seria dividida pelos elementos envolvidos.

Em causa estão factos suscetíveis de integrarem a prática de crimes de corrupção passiva, de corrupção ativa e de falsificação de documento.

Nesta investigação, o Ministério Público é coadjuvado pela Unidade Nacional de Combate à Corrupção da PJ e pela Polícia Judiciária Militar.

O inquérito encontra-se em segredo de justiça

Lisboa, 3 de novembro de 2016

O Gabinete de Imprensa